



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

ANA CAROLINE SANTOS COSTA

**Implicações do neoliberalismo nas condições de trabalho e na vida das
trabalhadoras da Assistência Social: uma revisão sistemática de literatura**

Santo Antônio de Jesus-BA
2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

ANA CAROLINE SANTOS COSTA

**Implicações do neoliberalismo nas condições de trabalho e na vida das
trabalhadoras da Assistência Social: uma revisão sistemática de literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para banca de defesa como requisito para obtenção do título de Bacharela em Psicologia, no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luane Neves Santos

Santo Antônio de Jesus-BA
2023

ANA CAROLINE SANTOS COSTA

Implicações do neoliberalismo nas condições de trabalho e na vida das trabalhadoras da Assistência Social: uma revisão sistemática de literatura

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para banca de defesa como requisito para obtenção do título de Bacharela em Psicologia, no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LUANE NEVES SANTOS
Data: 24/10/2023 17:04:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Luane Neves Santos (orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Documento assinado digitalmente
 INAYARA OLIVEIRA DE SANTANA
Data: 25/10/2023 20:34:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Inayara Oliveira de Santana
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Documento assinado digitalmente
 ROZANA MARIA DA FONSECA
Data: 24/10/2023 17:19:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Psicóloga Especialista Rozana Maria da Fonseca
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Santo Antônio de Jesus-BA, 24 de outubro de 2023

IMPLICAÇÕES DO NEOLIBERALISMO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E NA VIDA DAS TRABALHADORAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Implications of neoliberalism on the working conditions and lives of Social Assistance workers: a systematic literature review

Ana Caroline Santos Costa¹

Luane Neves Santos²

RESUMO

Esta revisão sistemática de literatura traz considerações sobre as implicações do neoliberalismo nas condições de trabalho e na vida das trabalhadoras da Assistência Social. Após a busca sistemática nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO-Brasil), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) utilizando os descritores "assistência social and precarização", "assistência social and neoliberalismo" e "assistência social and subjetividade", oito artigos permaneceram para compor a revisão final. Tendo em vista a escassez de estudos que abordem de forma específica essa temática, não foram estabelecidas delimitações na busca quanto ao recorte temporal das publicações. Após isso, organizou-se a análise dos resultados em três categorias analíticas: 1) Perfil profissional; 2) Condições de trabalho e 3) Tempo de vida e tempo de trabalho. Os resultados mostram que as estratégias neoliberais, no Brasil, têm produzido impactos nas condições de trabalho e na vida das trabalhadoras da política de Assistência Social de distintas maneiras, sendo a precarização do trabalho, nos termos da terceirização e da flexibilização dos direitos trabalhistas, a expressão mais evidente desses fenômenos, gerando repercussões psicossociais que afetam a prática profissional, bem como a saúde e a subjetividade dessas trabalhadoras, que são as mais afetadas na realidade de operacionalização dessas políticas. Conclui-se, que se faz necessário, efetivamente, viabilizar a garantia dos direitos das pessoas assistidas sem colocar em risco os direitos de quem os efetiva.

Palavras-chave: Assistência Social. Neoliberalismo. Condições de trabalho. Trabalhadoras.

ABSTRACT

This systematic literature review brings considerations about the implications of neoliberalism on the working conditions and lives of Social Assistance workers. After a systematic search in the databases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO-Brazil), *Electronic Journals in Psychology* (PePSIC), *Virtual Health Library - Psychology Brazil* (VHL-Psi Brazil) and *Latin American and Caribbean Health Sciences Literature* (LILACS) using the descriptors "Social Assistance and Precariousness", "Social Assistance and Neoliberalism" and "Social Assistance

¹ Bacharela em Saúde e graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
E-mail: acarolinescosta@hotmail.com

² Psicóloga e mestra em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora adjunta da UFRB.
E-mail: luaneneves@ufrb.edu.br

and Subjectivity", eight articles remained to compose the final review. In view of the scarcity of studies that specifically address this theme, no limitations were established in the search regarding the time frame of the publications. After that, the analysis of the results was organized into three analytical categories: 1) Professional profile; (2) Working conditions and 3) Life time and working time. The results show that neoliberal strategies in Brazil have produced impacts on the working conditions and lives of workers in the Social Assistance policy in different ways, with the precariousness of work, in terms of outsourcing and the flexibilization of labor rights, being the most evident expression of these phenomena, generating psychosocial repercussions that affect professional practice, as well as the health and subjectivity of these workers, who are the most affected in the reality of operationalization of these policies. It is concluded that it is necessary, effectively, to make it possible to guarantee the rights of assisted people without putting at risk the rights of those who enforce them.

Keywords: Social assistance. Neoliberalism. Working conditions. Workers.

INTRODUÇÃO

Longe de ser um fato natural, o desenvolvimento do capitalismo no curso da história, é datado e imerso em múltiplos processos que sublinharam não só a noção de sujeito e sociedade ao longo dos anos, mas também, a de subjetividade. Esses processos, articulados aos interesses vigentes na ordem social, direcionam a realidade, a fim de produzir formas de ser e agir que beneficiem o modelo idealizado (Dardot; Laval, 2016b). Por isso, compreende-se que é apenas através da análise das configurações das estruturas sociais ao longo dos séculos que se viabiliza a compreensão desse fenômeno como uma construção de caráter histórico, que se materializa nas relações entre indivíduo, tempo e sociedade (Barros, 2007; Faria; Ramos, 2014; Bock, 2015; Trivellato; Paixão, 2020).

Nesse sentido, Ferla e Andrade (2007) afirmam que a ideia de implementação de um sistema capitalista é antiga, remonta aos tempos das primeiras civilizações, entretanto, foram as mudanças ocorridas a partir do século XI que estabeleceram as reais condições para a sua consolidação nas sociedades. Assim, conforme afirma Konder (2000), a instituição do sistema capitalista, se dá, por meio de um processo histórico longo e alcança sua maturidade no século XV, principalmente com a desintegração do feudalismo, regime de produção vigente até então e com a consolidação da burguesia no poder, no século XIX, na maioria dos países. À vista disso, a fim de garantir a manutenção da lógica que se estabelecia, tornou-se necessário o desenvolvimento de novas formas de organização, não apenas econômica, mas também social, que superasse o modelo feudal e para isso, novos sujeitos e novas relações seriam necessárias para assegurar a expansão do processo de produção capitalista (Ferla; Andrade, 2007).

Dessa maneira, considerando os novos modos de organização de tempo e espaço e os aspectos objetivos e subjetivos que perpassam o fazer inerente à lógica de acumulação capitalista, o modo como o trabalho era desenvolvido também sofreu uma alteração quanto à sua finalidade (Zeferino, 2017). Isto porque, segundo Trivellato e Paixão (2020, p. 112), a jornada de trabalho, também construída historicamente, passa a ser considerada "como o período de tempo em que a força de trabalho está à disposição do capital", contribuindo para que os objetivos do novo sistema possam se retroalimentar através da repetição diária das atividades laborais do proletariado em prol da acumulação de capital que beneficiava os burgueses. Logo, dada a nova natureza que o trabalho adquire sob domínio do capital, a imposição da noção de tempo útil surge, segundo Navarro e Padilha (2007), como idéia moralizante, visando o lucro acima de tudo, inclusive da vida de muitos, afinal, não se pode perder tempo, já que tempo, na lógica capitalista, é sinônimo de dinheiro.

A força de trabalho tornou-se, nesse sentido, moeda de troca, sendo apropriada como mercadoria a fim de manter a acumulação de capital e garantir que o ideário capitalista, como forma de organização da nova realidade, se cristalizasse (Trivellato; Paixão, 2020). Assim, segundo Zeferino (2017, p. 238, grifo próprio):

Embora as relações de produção sejam mascaradas por uma aparente relação de igualdade, de compra e venda, na qual o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista que paga apenas parte do seu trabalho (meios de subsistência) com o salário, **a relação entre capital e trabalho é uma relação contraditória, antagônica e também desigual. Com o domínio do capital sobre o trabalho e sobre todas as relações sociais.**

Em outras palavras, ainda segundo esta autora (Zeferino, 2017), é através desse processo, em sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem, que se dá início à contradição essencial do sistema capitalista: a desigualdade (Konder, 2000; Bock; Perdigão; Kulnig, 2022). À vista disso, segundo Santos (2014, p. 25), "o histórico acesso diferenciado a recursos, tanto de ordem material como simbólica, caracteriza o contexto no qual os sujeitos se desenvolvem e constroem suas subjetividades", refletindo assim, a história de formação das sociedades. Brambilla *et al.* (2021, p.11) acrescenta que "compreender a dimensão subjetiva da desigualdade social significa debruçar-se sobre a articulação entre as formas objetivas e subjetivas de produção de dominação, sofrimento, ideologia, exploração e opressão" que buscam mascarar a realidade a fim de garantir a ordem e o progresso.

No Brasil, por sua vez, esse processo ocorreu de forma tardia. Isto porque, a transição para o capitalismo na sociedade brasileira se deu em contrapartida à sua condição colonial, baseada na escravização e notoriamente conduzida por uma classe dominante que privilegiava os próprios interesses em prol da acumulação de bens materiais e simbólicos (Konder, 2000;

Souza, 2009). Segundo Carvalho (2002, p. 18), a colonização teve, nesse sentido, conotação comercial, sendo um empreendimento do governo colonial aliado a interesses particulares. Isso evidencia, que tal prática de controle e violência, pautada na exploração do indivíduo pelo indivíduo, cristalizou seu legado, instituindo-se como um sistema de valores e delineando, ainda hoje, as relações e as racionalidades da sociedade, assegurando dessa maneira, a manutenção das condições históricas entre quem dá e quem recebe que estruturam a realidade brasileira (Carvalho, 2002; Gonçalves, 2010).

Nessa perspectiva, segundo Scalon (2011, p. 50), “o que torna o Brasil um caso especial é a sobrevivência de desigualdades históricas em meio a um processo de modernização acelerado” e é nesse cenário, que grandes parcelas da população vem sendo classificadas, segundo Souza (2009), como a “ralé”³ dentro do tecido social, desde os engenhos do período colonial até as instituições contemporâneas, permeadas pela lógica capitalista que caracteriza as relações brasileiras, legitimando justificativas que de acordo com Santos (2014, p. 46), banalizam as condições de vida precárias de uma parcela da população em detrimento da outra. A desigualdade é, nesse sentido, inerente às sociedades capitalistas, constituindo e sendo constituída pelos sujeitos em suas relações sociais cotidianas e sendo materializada na forma de problemas econômicos, políticos e sociais (Konder, 2000; Santos, 2014; Santos, 2015; Bock; Perdigão; Kulnig, 2022).

Assim, tendo em vista que as transformações que medeiam a realidade são historicamente constituídas e naturalizadas, compreende-se que a consolidação do capitalismo como modo de produção pressupôs que os problemas sociais fossem considerados problemas individuais, eximindo, dessa maneira, a responsabilidade do Estado em garantir os direitos da parcela da população que vivenciava situações cotidianas de desproteção (Koga, 2006). Logo, as diferenças, tidas como naturais, tornam-se justificativas para as desigualdades sociais. À vista disso,

Corre-se o risco de cair na pulverização e fragmentação das questões sociais⁴, atribuindo unilateralmente aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades. Deriva na ótica de análise dos “problemas sociais”, como problemas do indivíduo

³ Segundo Santos (2014, p. 37), na obra *Ralé brasileira: quem é e como vive*, de Jessé Souza (2009), “o termo *ralé* compõe uma categoria teórica de cunho metafórico, que se refere a uma classe de indivíduos desprovidos não somente do capital cultural e econômico, mas fundamentalmente sem acesso as condições sociais, morais e culturais que permitam essa apropriação.” De acordo com o autor da obra (Souza, 2009, p. 21), o termo é utilizado “não para ‘ofender’ essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, ‘consentido por toda a sociedade’, de toda uma classe de indivíduos”.

⁴ O conceito “questão social” pode ser entendido, segundo Iamamoto (2000, p. 26), como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista”, sendo dessa forma, de acordo com Yazbek (2021, p. 19), resultante “da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo”.

isolado, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais. **Por uma artimanha ideológica, elimina-se no nível da análise a dimensão coletiva da questão social, reduzindo a uma dificuldade do indivíduo** (Iamamoto, 2001, p.18, grifo próprio).

Tais impasses, passaram a fazer parte de uma longa construção no campo da Assistência Social, perpassando por vinculações ideológicas, políticas e religiosas, a fim de manter sob controle as populações vulnerabilizadas (Koga, 2006). Deste modo, entende-se, de acordo com Cordeiro (2018), que o papel do Estado frente a essas instituições baseadas no assistencialismo, era, até a década de 1930, apenas o de agente de apoio ou fiscalização, isto porque o governo não associava tais práticas à necessidade de responsabilização ou intervenção e foi apenas no início da Segunda República, que o Estado passou a reconhecer a questão social como uma questão política, que precisava de intervenção. Entretanto, continuou como financiador do assistencialismo e da filantropia, baseado nos ditames do sistema capitalista.

Até que, no início da década de 1980, fortes mobilizações nacionais de participação popular e a redemocratização do estado brasileiro, culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, rompendo, ao menos no plano discursivo, com o viés filantrópico e baseado no assistencialismo na oferta dos serviços na Assistência Social e passando a caracterizar-se a partir da ótica dos direitos socioassistenciais, compondo assim, com a previdência e a saúde, o tripé da seguridade social (Koga, 2006; Cordeiro, 2018). Em seu texto, a constituição cidadã assegura que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”, se tornando um marco no paradigma assistencial brasileiro, tendo a mobilização e a participação da sociedade civil como mola propulsora para a construção de uma política de Assistência Social como direito (Brasil, 1988, art. 203; Koga, 2006; Cordeiro, 2018).

Considerando esse avanço, em 1993, foi promulgada a lei nº 8.842, nomeada como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sendo operacionalizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas dos indivíduos (Brasil, 1993). Nessa perspectiva, com a LOAS, a Assistência Social passou a se configurar como direito de todas as cidadãs e cidadãos e dever do Estado. À vista disso, outra perspectiva de análise se instaura, pautada na defesa e garantia dos direitos sociais, "ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas" (Brasil, 2005, p. 16). Mas foi somente na década de 2000, após a deliberação da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pela IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003 e a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que esse quadro começou a se alterar e as

diretrizes da LOAS passaram a ser materializadas no território brasileiro (Brasil, 2005; Koga, 2006).

O SUAS, operacionalizado pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) em 2005, se constitui como o sistema responsável por organizar, em todo território nacional, de forma descentralizada, as ações socioassistenciais, através de serviços, programas, projetos e benefícios que tem como prioridade a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização (Brasil, 2005). Importa ressaltar, que na teoria, sua operacionalização é possível, entretanto, na prática, os processos de trabalho e atendimento vivenciados pela classe trabalhadora que atua no sistema, bem como pelas famílias que o integram, evidenciam as estratégias capitalistas de manutenção das desigualdades sociais. Isto porque, o desenho deste avanço legal, se consolida de forma simultânea à reestruturação do sistema capitalista, gerando efeitos imediatos para a materialização desta política (Dardot; Laval, 2016a).

Em outras palavras, o contexto econômico, político, social e cultural do final do século XX, evidenciou as transformações societárias ocorridas no cenário mundial e com isso, a década de 1970 foi marcada por processos de mudanças que redesenharam amplamente o perfil do sistema capitalista, que é tanto palco, como ator das suas estruturas organizativas. Tais mudanças, funcionaram como uma resposta às crises inerentes ao próprio modo de funcionamento do sistema, afetando sobremaneira todos os âmbitos da vida social (Navarro; Padilha, 2007; Gonçalves, 2010; Alves, 2011; Paulo Netto, 2012; Antunes, 2014; Andrade, 2019; Araújo, 2020; Rodrigues Silva *et al.* 2022; Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023). À vista disso, considerando as mudanças em curso, assiste-se no país, como afirma Iamamoto (2010, p. 128), o surgimento do novo “pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente”.

Assim, consolidando-se de forma rápida nos anos subsequentes como um valor instituído e visando à maximização dos lucros acima de tudo e todos, o neoliberalismo apresentou-se como uma alternativa às crises intrínsecas provenientes de tal modelo, iniciadas ainda nas décadas de 1970, não apenas no âmbito econômico, mas como um projeto, que instituiu uma nova racionalidade, gerando um processo de reestruturação do sistema vigente (Harvey, 2011; Silva; Alexandre, 2019; Minhoto; Amato; Camargos, 2022; Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023). Para Safatle (2018, p. 137), o neoliberalismo é, então, “um regime de gestão social e produção de formas de vida”, capaz de estruturar, segundo Dardot e Laval (2016a), não só a ação dos governantes, mas também as condutas dos governados, reorientando não apenas

a dimensão econômica, mas todas as faces do convívio em sociedade (Iamamoto, 2010; Antunes, 2014; Dardot; Laval, 2016a; Araújo, 2020).

Tal fenômeno, no Brasil, só se ampliou de forma significativa a partir da década de 1990, refletindo, entre outros fatores, o aumento exponencial das desigualdades de maneira análoga às crises econômicas, políticas e sociais, produzindo sofrimento e situações de desproteção para quem vivenciava cotidianamente os atravessamentos desta realidade (Alves, 2011; Dardot; Laval, 2016b; Silva; Alexandre, 2019; Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023). Com isso, como referido por Oliveira e Yamamoto (2010, p. 25), o “neoliberalismo à brasileira” ocasionou mudanças significativas, principalmente nas relações trabalhistas. Isto, principalmente porque, de acordo com Pelegrini, Viana e Lacerda (2023), nos momentos de resposta às crises do sistema de acumulação capitalista, é a classe trabalhadora a primeira e a mais intensamente penalizada, uma vez que, é por meio da força de trabalho que se dá o processo de acumulação, gerando impactos significativos tanto na materialidade, como na subjetividade da classe trabalhadora (Gomes, 2011).

Neste sentido, o cenário contemporâneo das relações de trabalho escancara, sob novas roupagens, o processo de precarização, consentido pelas políticas socioeconômicas neoliberais, envolvendo práticas baseadas no controle do trabalho e do tempo e da exploração das trabalhadoras⁵, legitimadas pelo próprio Estado, através de medidas baseadas na instabilidade, como a intensificação da flexibilização, a ampliação da terceirização, o aumento da subcontratação, o sucateamento dos direitos sociais, a informalidade nos vínculos empregatícios, além de jornadas de trabalho prolongadas, redução de salários, desmobilização política da classe trabalhadora e o desemprego estrutural, somado à intensificação do sofrimento causado pelas incertezas que atravessam esse processo, tanto pelas faltas, como pelos excessos (Oliveira; Iriart, 2008; Antunes, 2014; Araújo, 2020; Pelegrini; Viana; Lacerda, 2023; Andrade *et al.*, 2023). Isto é, torna precário todo o viver social (Vasapollo, 2005).

Deste modo, segundo Alves (2011, p. 2), a precarização do trabalho que ocorre hoje, “seria não apenas ‘precarização do trabalho’ no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, ‘precarização do homem que trabalha’”. Logo,

⁵ Considerando que a linguagem contribui para a construção de modos de ser e pensar, a adoção da escrita genérica, no presente trabalho, é um ato político. Isto porque, levando em conta o processo histórico de construção do campo da Assistência Social e conseqüentemente, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tanto as usuárias, quanto as trabalhadoras das principais categorias profissionais que compõem o sistema, caracterizam-se como uma população majoritariamente composta por mulheres (Nogueira, 2004; Russo; Cisne; Brettas, 2008; Lhullier, 2013; Brasil, 2018). Consoante a isso, Carmona, Souza e Santos (2019, p. 70), afirmam que “apresentar o cenário da assistência social, evidenciando as questões de gênero, é importante para o avanço das ações e para a desnaturalização das desigualdades”.

pode-se considerar que a precarização é também, assim como a desigualdade, uma condição estrutural, inerente ao capitalismo, não havendo neste modelo responsabilização do Estado por este cenário, somente a culpabilização do próprio indivíduo, que segundo este ideário, não consegue adaptar-se aos ditames da nova realidade (Antunes, 2014). Em função disso, segundo Gonçalves (2010, p, 54), "restringem-se às atribuições do Estado relativas à garantia de oferta de serviços ligados aos direitos sociais", desresponsabilizando-o de promover a proteção social assegurada por lei.

Amplia-se assim, a precarização e seus desdobramentos de maneira análoga à fragilização das políticas sociais (Santos, 2023). Nesse contexto, o desmonte do conjunto dos direitos, apresenta-se como traço estrutural no avanço do projeto neoliberal, atingindo amplas parcelas da população, baseado em relações que favorecem o lucro contrariamente à garantia da proteção social (Iamamoto, 2010; Araújo, 2020; Santos, 2023). Segundo Andrade *et al.* (2023), este fato impacta diretamente as condições de trabalho e de vida das trabalhadoras do serviço público, tendo em vista que tais problemas interferem na garantia de um cuidado efetivo, consigo e com as outras pessoas.

No campo da Assistência Social, por sua vez, a instabilidade ocasionada pela fragilidade dos vínculos nas configurações de trabalho interferem diretamente na longitudinalidade do serviço e na garantia da operacionalização das políticas no território, tendo em vista que estes se apresentam também de forma precária pela falta de estrutura, pela diminuição dos recursos e principalmente pela alta rotatividade de profissionais, inviabilizando, dessa maneira, a continuidade do cuidado e por consequência, promovendo o rompimento dos vínculos estabelecidos entre a equipe e, principalmente, com as famílias que fazem parte dos territórios (Oliveira; Iriart, 2008; Vaitsman; Andrade; Farias, 2009; Gonçalves, 2010; Zeferino, 2017; De Aquino, 2020; Andrade *et al.*, 2023).

Entende-se assim, que é nesse cenário, que se encontram as trabalhadoras do campo da Assistência Social no Brasil; profissionais e usuárias, convivendo com a desigualdade e a precarização material e simbólica no cotidiano dos seus fazeres e vivências. À vista disso, este estudo tem como objetivo analisar a produção científica acerca das implicações do neoliberalismo nas condições de trabalho e na vida das trabalhadoras da Assistência Social por meio de uma revisão sistemática da literatura.

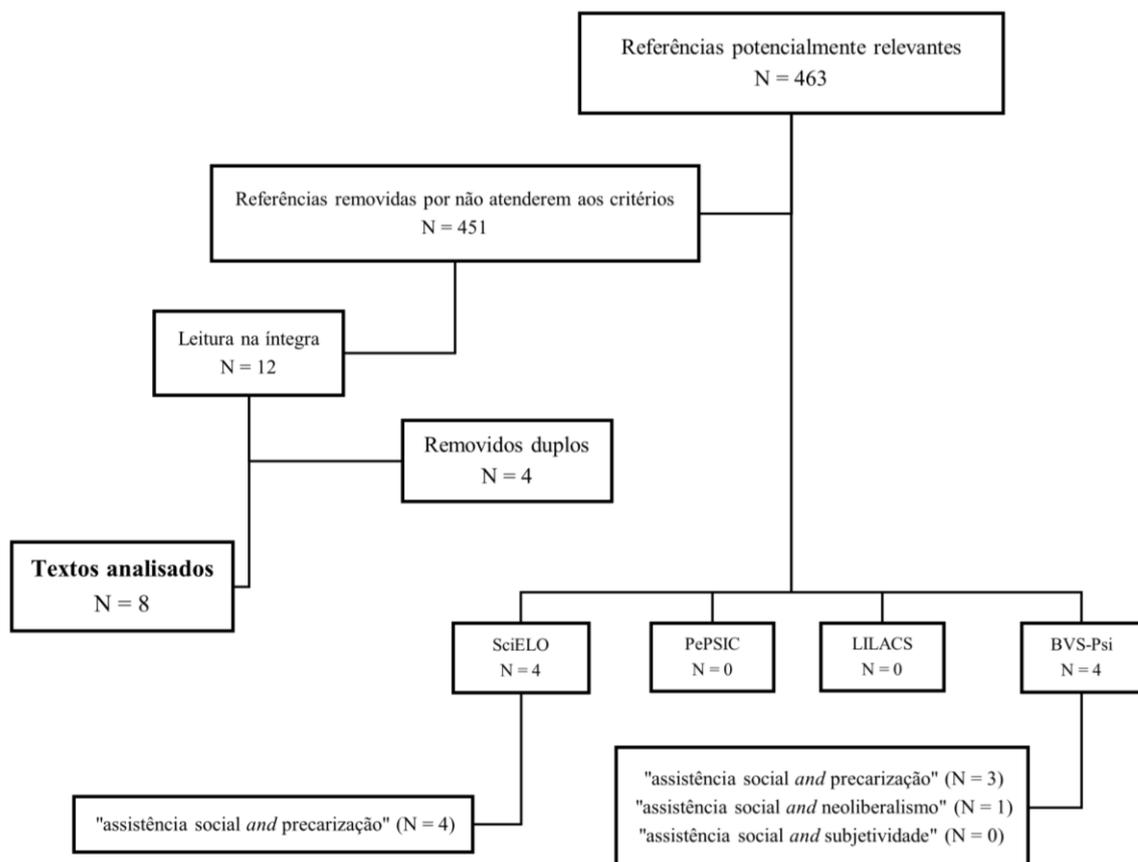
METODOLOGIA

A fim de alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura que incluiu artigos publicados na língua portuguesa até o ano de 2022, por ser o último ano

completo para análise, dispostos nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO-Brasil); Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC); Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando no total três descritores e o operador booleano "and" para compor a busca: "assistência social and precarização"; "assistência social and neoliberalismo" e "assistência social and subjetividade". Optou-se pela combinação de termos para uma busca mais direcionada ao objetivo proposto. Tendo em vista a escassez de estudos que abordem de forma específica essa temática, não foram estabelecidas delimitações na busca quanto ao recorte temporal das publicações.

Utilizou-se como critérios de inclusão: (1) estar publicado na íntegra e na língua portuguesa; (2) realizar discussões sobre o contexto de trabalho na Assistência Social; (3) abordar os impactos do neoliberalismo na realidade brasileira. Foram excluídos trabalhos que não fossem artigos, que não disponibilizaram os textos completos, publicados em outros idiomas e que não abordavam o objetivo do estudo.

Figura 1: Síntese do processo de seleção dos artigos



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Conforme consta na figura 1, na primeira etapa da busca, considerando a pesquisa realizada com os três descritores nas quatro bases de dados descritas, foram encontrados 463 artigos potencialmente relevantes, sendo: BVS-Psi ($n = 369$), SciELO ($n = 63$) e LILACS ($n = 31$). Posteriormente, os artigos encontrados foram avaliados considerando o seu título, resumo e palavras-chave. Além disso, na base de dados BVS-Psi, foi selecionada a opção de busca avançada, tendo em vista a quantidade de artigos encontrados indexados nessa base ($n = 369$ no total), na qual foram preenchidos os filtros referentes aos critérios de elegibilidade que consideraram os artigos publicados em textos completos e na língua portuguesa.

Após isso, foram removidos 451 artigos, restando apenas doze estudos. A exclusão dos artigos duplicados, quatro deles, foi realizada em seguida. Posteriormente, a avaliação foi realizada através da leitura e análise do texto na íntegra, considerando a especificidade temática, totalizando assim oito artigos para compor a revisão final, sendo quatro na base de dados SciELO e quatro na BVS-Psi. Quanto aos descritores na composição final da amostra, "assistência social *and* precarização" foi a combinação que mais prevaleceu, contando com sete artigos, seguida de um artigo para "assistência social *and* neoliberalismo" e nenhum artigo para "assistência social *and* subjetividade".

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, discorre-se sobre os dados dos oito estudos selecionados conforme parâmetros apresentados na seção anterior. Para a síntese e interpretação dos resultados, realizou-se, em um primeiro momento, uma análise de natureza descritiva, na qual delineou-se o perfil da produção científica selecionada, através da construção de uma tabela de análise que identificou questões como: descritor utilizado; ano de publicação; autoria e gênero principal da autoria; revista; região da publicação; tipo de publicação e de estudo; participantes; referencial teórico e delineamento metodológico. Posteriormente, realizou-se uma segunda análise, de natureza qualitativa, na qual mapeou-se, após a leitura na íntegra dos artigos selecionados, categorias para análise temática.

Estas, foram nomeadas como: 1) Perfil profissional, buscando identificar quem são e como estão atuando as trabalhadoras da política de Assistência Social; 2) Condições de trabalho, considerando o que as trabalhadoras entendem como sendo o mínimo necessário para trabalhar, incluindo nesta, as condições objetivas e subjetivas presentes no exercício profissional e 3) Tempo de vida e tempo de trabalho, que busca compreender as diferentes maneiras pelas quais a racionalidade neoliberal se materializa no cotidiano do trabalho apropriando-se do tempo de vida destas profissionais. A definição destas categorias *a*

posteriori, possibilitou, que estes pudessem ser agrupados considerando a aproximação entre as temáticas elencadas, elucidando que, ainda que publicados em anos, locais e por autores distintos, os estudos apresentam similaridades. O agrupamento dos artigos está apresentado na figura 2, sendo importante ressaltar que, devido a abrangência temática, alguns artigos se enquadram em mais de uma categoria.

Apesar do quantitativo reduzido de artigos encontrados a partir da busca sistemática, o número de publicações mostrou-se crescente no intervalo temporal em que tais estudos foram publicados (entre 2010 e 2022), podendo esse dado estar relacionado às mudanças ocorridas no cenário brasileiro, principalmente o ataque crescente às políticas públicas e sociais, que vem gerando cada vez mais situações de desproteção e vulnerabilidade (Silva; Alexandre, 2019; Santos, 2020). Com relação a distribuição dos trabalhos considerando a região geográfica, é possível notar uma concentração de publicações nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país, o que corrobora com os dados apresentados no estudo de Macedo *et al.* (2011), que evidenciam o desenho da política no território brasileiro, estando os serviços da política de Assistência Social, concentrados de forma acentuada nessas regiões.

Já no que se refere à autoria, recorreremos à memória para lembrar que a categoria gênero foi e é um marcador social e histórico produtor de disparidades no Brasil, por isso, considera-se imprescindível elucidar que há um predomínio de mulheres escrevendo sobre a temática, principalmente tendo em vista que o campo da Assistência Social foi e ainda é, composto por uma população majoritariamente feminina, tanto por usuárias, quanto pelas profissionais que compõem o sistema (Russo; Cisne; Brettas, 2008; Brasil, 2018; Carmona; Souza; Santos, 2019). Dar visibilidade a este fato, faz-se necessário face às marcantes diferenças de gênero perpetuadas na sociedade brasileira, sobretudo, nas condições de trabalho (Brasil, 2018).

No que se refere às principais revistas utilizadas como meio de publicação, utilizamos posteriormente a classificação Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como base o quadriênio 2017-2020, para identificar os periódicos. Quatro estudos encontram-se publicados em revistas de classificação A1; três em revistas A2 e um, em revista B1. Outro dado pertinente, refere-se às instituições responsáveis pelas publicações, sendo as instituições públicas as que mais produzem pesquisas a respeito do tema. Quando caracterizados segundo abordagem metodológica, evidenciou-se a prevalência de estudos qualitativos, com tendência para a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais de distintas categorias que atuam na política de Assistência Social.

Figura 2: Categorização dos estudos selecionados na revisão sistemática

Categoria	Critério	Título	Ano	Autoria
Perfil profissional	Buscou-se identificar quem são e como estão atuando as trabalhadoras da política pública de Assistência Social;	Psicologia e Assistência Social: Crise e Retrocessos Pós-Encerramento do Ciclo Democrático-Popular	2022	Macedo, João Paulo; Fontenele, Mayara Gomes; Gomes, Ryanne Wenecha da Silva.
Condições de trabalho (objetivas e subjetivas)	Analisou-se o que as trabalhadoras entendem como sendo o mínimo para trabalhar, incluindo as condições objetivas e subjetivas presentes no exercício profissional;	Condições de trabalho de psicólogas(os) resultantes do processo de terceirização na assistência social	2021	Brandolt, Catheline Rubim; Coelho-Lima, Fellipe; Motta, Roberta Fin; Santos, Samara Silva dos.
		A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista	2014	Costa, Renata Gomes da.
		As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais	2016	Faermann, Lindamar Alves; De Mello, Cássia Camila.
		Um estudo sobre as configurações do trabalho e inserção do psicólogo no contexto da Política de Assistência Social	2015	Ferreira, William; Zambenedetti, Gustavo.
		Psicologia e Assistência Social: Crise e Retrocessos Pós-Encerramento do Ciclo Democrático-Popular	2022	Macedo, João Paulo; Fontenele, Mayara Gomes; Gomes, Ryanne Wenecha da Silva.
		A Precarização do Trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS	2019	Pauli, Cassiele Gomes; Traesel, Elisete Soares; Siqueira, Aline Cardoso.
		Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas	2010	Raichelis, Raquel.
		Precarização do trabalho do assistente social no Brasil recente: um olhar a partir da produção da pós-graduação	2020	Dos Santos, Flávia Barbosa Pardini; Stampa, Inez Terezinha.
Tempo de vida e tempo de trabalho	Buscou compreender as diferentes maneiras pelas quais a racionalidade neoliberal se materializa no cotidiano do trabalho apropriando-se do tempo de vida destas profissionais.	As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais	2016	Faermann, Lindamar Alves; De Mello, Cássia Camila.

Perfil profissional

Ao longo dos anos e na atual conjuntura, a Assistência Social vem sofrendo mudanças significativas, decorrentes em grande parte, das transformações estruturais estabelecidas pelo ideário neoliberal. Nesse sentido, é necessário recorrer à história para entender como se configura o perfil das profissionais que compõem a política de Assistência Social no cenário atual. À vista disso, como lembra Crus (2014), mesmo com os inegáveis avanços alcançados com a implantação do SUAS no cenário brasileiro, convive-se, ainda hoje, com as características do modelo assistencialista que perduraram por séculos no país. Tais aspectos, arraigados na histórica aliança entre o Estado e as entidades filantrópicas, delineiam as ações socioassistenciais, favorecendo práticas incoerentes com os princípios da política (Carmona; Souza; Santos, 2019). Uma dessas práticas, enraizada na sociedade brasileira, associa as mulheres à função de cuidar e isto inclui o cuidado, também, na política de Assistência Social. Exemplo paradigmático disso, é o fenômeno do primeiro-damismo, que permanece enraizado e naturalizado, ainda hoje na realidade brasileira.

Em linhas gerais, tal nomenclatura é constituída enquanto expressão socialmente relacionada às esposas dos governantes, tendo maior relevância no cenário brasileiro, segundo Cordeiro (2018), com a criação, em 1942, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida pela então primeira-dama, Darcy Vargas. Este órgão era, segundo Cordeiro (2018, p. 67), “uma organização da sociedade civil de finalidade não econômica, voltada para congregar as ‘organizações de boa vontade’”, responsável pelas ações de caráter assistencial do período de sua criação até a década de 1990. Ainda para esta autora (Cordeiro, 2018, p. 67), esta prática, ilustra sobremaneira o modo que tais ações eram compreendidas, como uma “coisa de mulher”, que dependia da bondade e que poderia ainda, servir como estratégia para melhorar a imagem dos governantes, pois a Assistência Social foi e é, segundo Medeiros (2019, p. 314), “a ferramenta mais utilizada para aproximar o gestor da população pelo histórico de práticas clientelistas e assistencialistas impressas nos serviços destinados a esta”.

Este fato nos importa porque, ainda hoje, tal fenômeno se faz presente na realidade brasileira, mesmo após a implementação do SUAS e das normativas que o regulamentam (Medeiros, 2019). Isto posto, considerando os desdobramentos nas relações de gênero constituídos ao longo da história, exemplificadas principalmente pelo papel social da prática do primeiro-damismo, entende-se que o campo da Assistência Social, tem como principal característica a presença de mulheres no âmbito desta política, seja como trabalhadoras ou como usuárias (Russo; Cisne; Brettas, 2008). Para dar visibilidade à tal questão, o delineamento dessa categoria de análise, se deu, considerando a necessidade de evidenciar a histórica formação das

trabalhadoras que compõem o sistema. Isto posto, faz-se necessário reflexões sobre os papéis tradicionais de gênero impressos na historicidade do campo da Assistência Social, apropriados pelo modo de produção capitalista na sociedade brasileira, que evidenciam as assimetrias historicamente construídas como naturais (Russo; Cisne; Brettas, 2008; Brasil, 2018; Carmona; Souza; Santos, 2019).

Assim, buscou-se identificar, quem são e como estão inseridas as trabalhadoras na realidade deste campo, evidenciando, em grande medida, as questões de gênero, pois entende-se que este seja um fator importante para a condução das ações socioassistenciais, para a desnaturalização das desigualdades e para a garantia de direitos do público atendido, tendo em vista que os serviços prestados no campo são majoritariamente mediados por mulheres e para mulheres (Motta; Brandolt; Pizzinato, 2021). Nessa perspectiva, de acordo com Crus *et al.* (2014), a desigualdade de gênero no âmbito do trabalho, pode ser considerada como um fator a mais no que se refere a vulnerabilização das mulheres na sociedade brasileira, isto porque, vivenciam situações cotidianas de desproteção, o que obstaculiza a operacionalização efetiva dos direitos preconizados pelos documentos regulatórios.

Consoante a isso, importa enfatizar, que tais desigualdades, são ainda mais evidentes, quando se considera a interseccionalidade⁶ dos marcadores sociais que vão além das questões de gênero, como raça/cor, classe e idade, tendo em vista que historicamente, tais articulações funcionam como justificativas, naturalizadas, para opressões estruturais que vulnerabilizam sobremaneira determinados grupos sociais (Crenshaw, 2002; Andrade; Pereira, 2019; Nogueira; Passos, 2021). Isto importa, principalmente porque, na realidade, as políticas não chegam para todas as pessoas da mesma forma, ocasionando diferentes alcances dessa mesma política em realidades diferentes, tanto para as profissionais atuantes, quanto para as usuárias assistidas.

Por isso, segundo Collins e Bilge (2020, p. 33),

Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero e idade, estatuto de cidadania e outras, posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo.

À vista disso, os aspectos elencados na literatura encontrada evidenciam o maior quantitativo de mulheres nesta política, sendo este dado, importante para a percepção das

⁶ Para Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade “é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. Se tratando também, ainda para esta autora, da forma como as ações e políticas específicas geram opressões considerando esta análise.

contradições que permeiam o cotidiano destas trabalhadoras a partir de relações cada vez mais precarizadas, que visam tão somente atender aos ditames do ideário neoliberal (Cavalcante; Prêdes, 2010; Brasil, 2018; Macedo; Fontenele; Gomes, 2022). Afinal, ainda que o campo da Assistência Social seja majoritariamente composto por mulheres, tal pauta ainda não é uma das principais diretrizes dessa política. Assim, o retrato das profissões que compõem o SUAS, segundo Macedo, Fontenele e Gomes (2022), permite inferir que houve um crescimento significativo no número das profissionais que compõem o sistema, principalmente quando se considera a ampliação do quadro de trabalhadoras da Psicologia nesta política, dado relacionado, principalmente, à ampliação dos diferentes serviços e programas que compõem a rede e, o enfoque da interdisciplinaridade como ferramenta de trabalho basilar para a execução da política, visando abarcar a complexidade da realidade social (Brasil, 2009).

Entende-se que, em geral, o trabalho no SUAS é realizado por profissionais de nível superior, médio e fundamental, de distintas profissões, estando estas, asseguradas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), instituída pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, que visa à consolidação da Assistência Social como uma política pública, o que implica diretamente na qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade, considerando que estes, por sua vez, estão profundamente relacionados à estruturação do trabalho e a qualificação e valorização das trabalhadoras atuantes no sistema (Brasil, 2006). Estas, estão alocadas principalmente, segundo dados registrados no estudo de Macedo *et al.* (2011), em serviços localizados nos municípios do interior das regiões Sudeste e Nordeste do país.

A justificativa para um maior adensamento dos serviços e, conseqüentemente, das profissionais nestas regiões, deve-se, segundo Macedo *et al.* (2011), por concentrarem algumas prioridades. O Nordeste, por ser considerado uma região que concentra baixos indicadores socioeconômicos e problemas sociais básicos em grande parte dos municípios, além de lidar com problemas típicos de grandes centros urbanos, como o aumento da violência. E o Sudeste, “apesar de ser uma das regiões com os melhores índices sociais, econômicos e estruturais do país, também apresenta sérios problemas sociais, devido à sua densidade populacional e a seu nível de urbanização”, fatores estes, que criam desigualdades e iniquidades (Macedo *et al.*, 2011, p. 483).

No que diz respeito à idade destas profissionais, o campo da Assistência Social pode ser considerado, segundo Macedo, Fontenelle e Gomes (2022), como um importante campo de empregabilidade para diversas profissões, incluindo principalmente a inserção das profissionais mais jovens, estando estas, principalmente, na faixa etária com idade até os 29 anos. Entretanto,

estes autores, evidenciam que este dado caracteriza também o contexto no qual estas profissionais se inserem, sobretudo considerando o pouco tempo de conclusão da graduação, enfrentando vínculos de emprego cada vez mais fragilizados e precarizados em locais mais longínquos e com pouco acesso às possibilidades de formação continuada, enquanto os trabalhadores da rede, ocupam cargos de maior prestígio, com vínculos de trabalho mais seguros e na maioria das vezes, em grandes centros (Macedo; Fontenele; Gomes, 2022). O capitalismo, nesse sentido, “ao mesmo tempo em que cria condições para a emancipação feminina, acentua a sua exploração” (Nogueira, 2004, p. 277).

Nesse contexto, evidencia-se assim, que a reprodução dos papéis de gênero enraizados na sociedade traz rebatimentos intensos nos distintos equipamentos e níveis de proteção no campo da Assistência Social, refletindo que é sobre elas que recaem as condições de maior vulnerabilidade, tanto pela precarização das relações de trabalho, quanto pela exposição cotidiana à desproteção dos seus direitos (Brasil, 2018; Carmona; Souza; Santos, 2019). Apesar dos significativos avanços em termos normativos, a política tem caminhado a passos lentos para a materialização das orientações da NOB-RH/SUAS (Macedo; Fontenele; Gomes, 2022). Frente a essa realidade, cabe refletir, até que ponto as regulamentações instituídas têm refletido, na realidade, a redução das desigualdades e a garantia de direitos das distintas categorias profissionais das trabalhadoras que atuam na rede, na tentativa de romper com as práticas conservadoras que permeiam a Assistência Social e possibilitar que estas trabalhadoras vivenciem no seu cotidiano o que está assegurado nas legislações.

Condições de trabalho

A crise que emergiu em meados da década de 1970, teve como resposta o processo de reestruturação produtiva, trazendo profundas modificações que atingiram a sociabilidade para além da dimensão econômica, através de estratégias que visavam o aumento da produtividade no ideário neoliberal e, por consequência, a recuperação dos lucros por meio da exploração e do controle da produção e da força de trabalho de forma cada vez mais acentuada, além das crescentes desregulamentações nas mais distintas esferas (Antunes, 2014; Faermann; De Mello, 2016; Araújo, 2020; Santos; Stampa, 2020; Brandolt *et al.*, 2021; Pelegrini; Viana; Lacerda, 2023; Andrade, 2023). A partir desse processo, na década de 1990, se reconfigurou a precarização da força de trabalho e dos meios que são produzidos, resguardando seu caráter estrutural e não mais transitório e delineando as condições trabalhistas das distintas categorias profissionais, de compra e venda da força de trabalho, gerando implicações tanto nas condições

materiais, quando na subjetividade da classe trabalhadora (Faermann; De Mello, 2016; Brandolt *et al.*, 2021).

Logo, no campo da Assistência Social, não seria diferente. Todas essas mudanças recaíram ostensivamente sob as trabalhadoras que atuam nessa política. Em função deste quadro, denominado por Antunes (2014) como a “nova morfologia do trabalho”, aponta-se um dos principais paradoxos que permeia tal realidade, tendo em vista que, apesar de nos últimos anos verificar-se uma ampliação considerável no mercado de trabalho, “a implementação do SUAS acentuou a precarização das condições em que esse trabalho se realiza. Afinal, essa implementação foi realizada dentro de uma lógica neoliberal” (Raichelis, 2010; Cordeiro; Sato, 2017, p. 45; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019; Brandolt *et al.*, 2021). Isto é, o aumento do número de trabalhadoras na área da Assistência Social, não se deu garantindo os direitos trabalhistas. Assim, de acordo com Raichelis (2010), Ferreira e Zambenedetti (2015) e Macedo, Fontenele e Gomes (2022), as condições de trabalho nas quais estão inseridas as trabalhadoras neste campo tem rebatimentos intrínsecos relacionados aos acontecimentos que configuram a dinâmica societária, evidenciando-se o aprofundamento da precarização nos processos de trabalho.

Nesse sentido, essa categoria surge a fim de abordar, a partir dos estudos analisados, as condições de trabalho objetivas e subjetivas que impactam diretamente nas práticas e na saúde destas profissionais. Diante dessa lógica, partindo da constatação que as trabalhadoras da Assistência Social estão inseridas no mercado de trabalho, as diferentes expressões da precarização e da flexibilização⁷, entendidas aqui como estruturais no ideário neoliberal, atualmente, deixam de ser a exceção para tendencialmente se tornar a regra (Antunes; Druck, 2015; Faermann; De Mello, 2016; Brandolt *et al.* 2021; Soares, 2023). Para Vasapollo (2005, p. 376), a acentuação desses fenômenos funciona como uma “imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições” e por isso, por medo do desemprego, a classe trabalhadora se vê compelida a se responsabilizar pelo seu trabalho, de tal modo que, fará o que for possível para não o perder (Costa, 2014; Santos; Stampa, 2020). Para Druck (2011, p. 42, grifo próprio),

Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e **descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e**,

⁷ Neste trabalho, adotamos a compreensão de flexibilização do trabalho proposta no estudo de Ferreira e Zambenedetti (2015) citando Agudelo (2000, p. 16), que entende esse fenômeno “como qualquer mudança realizada nas regras que regem as relações laborais no país, com o intuito de modificar (reduzir) os custos de trabalho”, assim, mais uma vez, quem se beneficia não é a trabalhadora, mas as empresas empregadoras, que de acordo com Trivellato e Paixão (2020), elevam a produção e o lucro sem o aumento de gastos com o setor de recursos humanos, atenuando a exploração da força de trabalho e a retração dos direitos historicamente conquistados pelas trabalhadoras.

principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo – como elemento central dos investimentos financeiros – impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças.

Tais movimentos, têm dado a tônica das relações de trabalho na contemporaneidade, ancorados ao entendimento “da viabilidade do crescimento econômico sem o aumento do número de empregos, o que tem favorecido e ampliado a desigualdade social no mundo e, em especial, no Brasil” (Andrade *et al.*, 2023, p. 233). Com isso, o desenho mais frequente da realidade da classe trabalhadora, inclui distintas formas de flexibilização e precarização, como contratos precários e desprotegidos, baixas remunerações, atrasos salariais frequentes, aumento da carga horária, falta de instrumentos básicos e estruturas físicas para trabalhar, alta rotatividade profissional, baixa qualificação, subcontratações, além da falta de perspectivas profissionais futuras, sendo a terceirização nos equipamentos dessa política uma das estratégias mais utilizadas para ampliar a exploração das trabalhadoras e o controle sobre os processos de trabalho (Druck, 2011; Ferreira; Zambenedetti, 2015; Faermann; De Mello, 2016; Cordeiro; Sato, 2017; Santos; Stampa, 2020; Brandolt *et al.*, 2021).

Segundo Brandolt *et al.* (2021), a literatura já vem apontando que a terceirização⁸, marcada pela fragilização de vínculos e de direitos, piora as condições de trabalho e, somado a isso, também há indicativos do avanço desse modelo na política de Assistência Social, o que segundo Costa (2014), na sua pesquisa realizada com profissionais atuantes na política, vem afligindo grande parte da classe trabalhadora que ingressa no mercado de trabalho por essa via, bem como por processos seletivos e procedimentos do tipo pregão, fato apontado como um ponto negativo pelas profissionais que participaram da pesquisa de Ferreira e Zambenedetti (2015). Nessa modalidade de licitação, é contratada, por tempo determinado, aquela que oferece o menor preço da sua força de trabalho, funcionando assim, como mais uma forma de flexibilização das leis trabalhistas, isentando-se a empresa contratante de todas as responsabilidades referentes aos direitos das trabalhadoras (Ferreira; Zambenedetti, 2015; Santos; Stampa, 2020).

Santos e Stampa (2020), chamam atenção para mais duas modalidades que têm operado na realidade trabalhista, a assessoria e a consultoria, ambas prestadas a fim de reduzir os custos

⁸ Este fenômeno, pode ser entendido, segundo conceituação proposta pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2007) citada no estudo de Brandolt *et al.* (2021, p. 3), como “um processo de transferência de atividade de uma empresa (empresa-mãe ou contratante) para outra empresa (terceirizada ou contratada)”, sendo o fio condutor da precarização do trabalho no cenário brasileiro.

provenientes da relação de compra e venda da força de trabalho, isto é, a fim de baratear a mão de obra destas trabalhadoras. Brandolt *et al.* (2021), por sua vez, alertam para uma forma de contratação ainda muito presente na realidade brasileira, por meio de “convites” para atuação no serviço e o quanto isso impacta na operacionalização da política. Nesse contexto, as diferentes formas pelas quais as profissionais vinculam-se à Assistência Social, são também descritas por Raichelis (2010), a partir da análise dos dados apresentados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 2005 à 2010, evidenciando que as mudanças mais significativas se revelam no aumento exponencial dos dados relativos às trabalhadoras sem vínculos empregatícios permanentes em comparação às servidoras estatutárias.

O estudo de Macedo, Fontenele e Gomes (2022), nessa perspectiva, atualiza os dados sobre trabalhadoras sem vínculos empregatícios permanentes, delineando que entre 2012 e 2019, essa modalidade de contratação continuou crescente, aspecto este, que recai com maior intensidade sobre as profissionais deste campo, expondo-as cada vez mais, a situações de desproteção. Segundo Pauli, Traesel e Siqueira (2019), essa falta de vínculos vai ao encontro da lógica da exploração, priorizando acima de tudo, os resultados econômicos. Esta análise, aponta para a fragilização do previsto pela NOB-RH/SUAS, que define que o preenchimento de cargos, devem ser criados por lei, para suprir as necessidades dos serviços através da nomeação das trabalhadoras em concursos públicos (Brasil, 2006). Os dados apresentados, entretanto, evidenciam que os parâmetros da norma não têm sido adotados (Raichelis, 2010; Costa, 2014; Ferreira; Zambenedetti, 2015; Santos; Stampa, 2020; Brandolt *et al.*, 2021; Motta; Brandolt; Pizzinato, 2021).

Nessa direção, outro ponto destacado na literatura analisada, refere-se a alta rotatividade de profissionais, o que prejudica de maneira significativa a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados e afeta diretamente a garantia dos direitos da população usuária (Ferreira; Zambenedetti, 2015; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019; Santos; Stampa, 2020). Isto porque, a instabilidade sentida pelas profissionais, impossibilita a continuidade das ações, tornando os processos de trabalho mais sofridos e dificultando o estabelecimento de vínculos entre a equipe e com a população, fazendo com que as usuárias desconfiem da efetividade do serviço (Ferreira; Zambenedetti, 2015; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019; Motta; Brandolt; Pizzinato, 2021). Assim, como fator protetivo, a maioria dessas profissionais mantém mais de um vínculo empregatício concomitantemente, o que, apesar de causar mais desgaste para a trabalhadora, constitui um fator de segurança, em decorrência de tal incerteza e da baixa remuneração (Cordeiro; Sato, 2017; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019).

As ações desenvolvidas passam a ser, segundo Raichelis (2010, p. 759), “subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuárias, descrédito da população para com as ações públicas”. Costa (2014) elucida que em consequência disto, as condições de trabalho não possibilitam um cenário propício para intervenções qualificadas, sendo os principais problemas encontrados expressos por meio do número reduzido de profissionais em relação ao montante da demanda, as condições de trabalho precárias, a ausência de capacitações continuadas, as exigências contemporâneas para o cumprimento de metas, entre outros elementos que repercutem no cotidiano de trabalho. A ausência de recursos estruturais materiais e simbólicos para desenvolver suas ações também aparece como fator crucial para as profissionais entrevistadas nos estudos de Faermann e de Mello (2016) e Pauli, Traesel e Siqueira (2019). O relato destas, evidencia a precarização dos recursos e reafirma o descumprimento e a violação do previsto nas normativas.

Para as participantes da pesquisa, o mínimo para trabalhar, inclui a garantia de inúmeros recursos, mas ao contrário disso, convivem diariamente com infraestrutura inapropriada, falta de espaço físico para realizar os atendimentos, dificuldades em realizar as visitas domiciliares, falta de materiais de trabalho, entre outras necessidades que o serviço apresentava em suas rotinas de trabalho (Faermann; De Mello, 2016; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019). Essa escassez de recursos, revela, segundo estas autoras, a desresponsabilização do Estado e das instituições empregadoras e o descumprimento do disposto na legislação que regulamenta as práticas profissionais, gerando aflição e angústia nas profissionais que atuam na política (Faermann; De Mello, 2016; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019). Além disso, somado à desvalorização do trabalho profissional, vivenciam, segundo Pauli, Traesel e Siqueira (2019, p. 7), um “processo de responsabilização da gestão para com o trabalhador quando ela exige da equipe ‘adaptar-se’ à falta e construir novas metodologias de trabalho” visando a redução de custos, incluindo, segundo as autoras, até mesmo, se for preciso, a higiene e a limpeza do ambiente de trabalho, ainda que não seja a função da profissional.

Nesses termos, as trabalhadoras têm desenvolvido, segundo Cavalcante e Prêdes (2010, p. 16) uma prática de atendimento baseado no critério de seletividade, isto é, por vivenciarem um cenário de contradição, “representado pelo aumento da demanda dos usuários devido ao agravamento das condições de vida e aos limites colocados pelos recursos que são disponibilizados pelas prestadoras dos serviços sociais públicos”, gerando, segundo Ferreira e Zambenedetti (2015), angústia e sentimento de impotência frente às limitações e a desarticulação da rede, estando este fato associado, nesse sentido, a elevação dos índices de

insatisfação e sofrimento. Tendo isso em vista, na análise de Ferreira e Zambenedetti (2015) e Santos e Stampa (2020), outro fator desencadeador de insegurança no contexto de trabalho é a sobrecarga das trabalhadoras que tentam atender o excesso de demandas e uma grande extensão de usuárias, expressando a intensificação que tangencia o cotidiano dessas profissionais, que trabalham cada vez mais e ganham cada vez menos.

Esta sobrecarga, se dá em grande parte, segundo Ferreira e Zambenedetti (2015), por muitas equipes não funcionarem com o número mínimo de profissionais, implicando no aumento das demandas e conseqüentemente, aumentando a sobrecarga dessas trabalhadoras, que precisam, na maioria das vezes, exercer mais de uma função, pela exigência em serem profissionais versáteis e polivalentes, dentro dos moldes do sistema (Faermann; De Mello, 2016; Brandolt *et al.*, 2020). Esse cenário, que vai desde a fragilidade de vínculos empregatícios até a precariedade dos recursos estruturais e materiais, evidencia, ainda segundo esses autores, como o cotidiano de trabalho dessas profissionais, considerando a complexidade das demandas existentes, pode ocasionar vivências de sofrimento, pois a exposição contínua a situações como estas, podem expor as trabalhadoras a agravos que fragilizam a segurança e a saúde, trazendo intensas repercussões psicossociais para a subjetividade destas (Ferreira; Zambenedetti, 2015; Faermann; De Mello, 2016; Costa; Caldeira, 2019; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019; Motta; Brandolt; Pizzinato, 2021).

Isto é, segundo Macedo, Fontenele e Gomes (2022), as trabalhadoras que atuam na Assistência Social, contratadas para desenvolver ações de proteção das famílias em situações de subempregos e desemprego, acabam vivenciando elas mesmas estas condições precarizadas. Destarte, constata-se que

Na materialização das políticas, temos profissionais em condições precárias de trabalho, adoecidos, capturados pelo procedimentalismo exigido pelas próprias políticas e seu conjunto de cartilhas e manuais, reiterando a produção do já produzido, ou seja, uma reprodução sem reflexão, sem mediações, sem crítica, despolitizada, com ênfase conformadora (Prates, 2013, p. 55 *apud* Faermann; De Mello, 2016, p. 102).

Por isso a luta pela garantia da qualificação e da capacitação continuadas, por espaços coletivos de estudo e de reflexão sobre o trabalho, de debate sobre as concepções que orientam as práticas, é parte da luta pela melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população (Raichelis, 2010, p. 765).

Ao longo das entrevistas realizadas por Faermann e de Mello (2016), identificou-se que tais fatores, decorrente da experiência do trabalho terceirizado, que tem como base a lógica da urgência, do imediatismo, repercutem na saúde dessas profissionais, gerando sofrimento físico e psíquico. Sendo estes processos, segundo as autoras, sobretudo sociais. Com base nos depoimentos apresentados pelas autoras, as profissionais mencionam sentimentos e condições de adoecimento como ansiedade, estresse, crises de enxaqueca, esgotamento, frustrações,

infelicidade, diabetes e gastrite, estas, ligadas sobretudo, a fatores emocionais decorrentes do cotidiano de trabalho (Faermann; De Mello, 2016).

Outro fator importante, segundo estas autoras e também de acordo com Raichelis (2010), é a crescente informatização, que embora propiciem avanços e, em certa medida uma modernização no cotidiano dos serviços, os custos para a classe trabalhadora têm sido altos, tendo em vista a intensificação dos processos de trabalho, isto porque o ritmo imposto por esses sistemas não consideram as consequências para a saúde e a subjetividade da classe trabalhadora, “moldando às dinâmicas institucionais às metas de controle de produtividade” e utilizando as tecnologias para a fiscalização das ações profissionais (Faermann; De Mello, 2016, p. 102). Nesse sentido, sublinha-se que

A desterceirização está ligada aos objetivos da política, a qual prevê o atendimento qualificado dos sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social. Logo, não se mostra racional colocar para trabalhar junto a esse público pessoas que, por condições de trabalho, estão também vulneráveis e não tem pleno acesso aos meios materiais necessários à viabilização dos direitos normatizados (Pereira; Tassigny; Bizarria, 2017, p. 178-179).

Em função disso, considerando as distintas implicações decorrentes da organização do trabalho contemporâneo na vida das profissionais que estão atuando na política de Assistência Social, conforme Raichelis (2010, p. 764), “a análise das condições de trabalho e das possibilidades de sua ampliação e qualificação no âmbito do Suas não pode ser desvinculada dessa dinâmica macrossocietária, nem pode ser tratada como uma responsabilidade individual do trabalhador”. Sobretudo, porque é nessa engrenagem que se encontram as trabalhadoras da Assistência Social (Ferreira; Zambenedetti, 2015; Pereira; Tassigny; Bizarria, 2017; Santos; Stampa, 2020). Portanto, faz-se necessário discutir estratégias, na contracorrente do instituído, que garantam a efetividade das normativas reguladoras, a fim de que, com base nos dados apresentados, seja possível materializar a garantia de direitos (Raichelis, 2010; Ferreira; Zambenedetti, 2015).

Tempo de vida e tempo de trabalho

Iniciamos esse trabalho mencionando a intrínseca relação entre indivíduo, tempo e sociedade. Retomamos essa análise nessa categoria, na tentativa de compreender as diferentes maneiras pelas quais o ideário vigente se materializa no cotidiano do trabalho, apropriando-se do tempo de vida destas profissionais. Assim, segundo Faria e Ramos (2014) e Trivelatto e Paixão (2020), o tempo, na sociedade capitalista, representa um ponto de conflito entre o comprador da força de trabalho e a trabalhadora, isto porque, o valor produzido sofre impactos diretos da duração ou intensidade da jornada de trabalho e sendo assim, interessa ao empregador

estender o tempo, o máximo possível, a fim de aumentar a acumulação de capital. À vista disto, ocorreu uma “incorporação da maior parte de tempo diário de vida disponível como período de trabalho” (Trivelatto; Paixão, 2020, p. 118).

Com o avanço dos ideais neoliberais no cenário brasileiro na década de 1990, as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo, alteraram substancialmente a noção de tempo para a classe trabalhadora, sendo a flexibilização, fenômeno essencial para a reprodução do sistema, segundo Trivelatto e Paixão (2020, p. 121), “vendida aos(as) trabalhadores(as) sob o falso *slogan* de equilíbrio entre tempo de vida e tempo de trabalho”. Na pesquisa realizada por Faermann e de Mello (2016), as trabalhadoras relatam que para uma efetiva materialização da política de Assistência Social, precisam adotar estratégias que, considerando a quantidade excessiva de demandas, possibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos. Para isso, relatam por vezes ser necessário “levar o trabalho para casa”. Isto evidencia, que o tempo de vida passou a ser sutilmente apropriado pelo tempo de trabalho, favorecendo de maneira acentuada a acumulação de riqueza na mão das pessoas que detém os meios de produção (Franco; Druck; Seligmann-Silva, 2010; Faria; Ramos, 2014; Faermann; De Mello, 2016; Trivelatto; Paixão, 2020).

Isso, segundo o estudo de Faermann e de Mello (2016, p. 102-103 e 105), têm causado angústia e sobrecarga nas trabalhadoras, podendo esse sentimento, ser evidenciado nas falas das entrevistadas ao relatar o excesso de demandas vivenciadas no exercício profissional considerando à pressão por produtividade e por resultados imediatos:

[...] Você não consegue dar conta, porque a demanda é maior do que você tem condições de absorver. É um trabalho quantitativo e não qualitativo. A gente trabalha com quantidade e não com qualidade, e eu acho que o nosso trabalho deve ser com qualidade e não com quantidade. A gente não é máquina. E essa falta de cuidado com o profissional, acaba esgotando muito. Nós ficamos muito estafados porque: “Ah, você não está dando conta de fazer o relatório”? “Leva para sua casa”. Mas na minha casa não é lugar de trabalhar. Minha casa é lugar para eu estar com minha família, não é verdade? [...] porque se você não consegue relatar, não consegue fazer um relatório e tem que levar para casa, você vai continuar trabalhando na sua casa. [...] (Participante 4)

[...] Muitas vezes, a gente levava trabalho para casa, tinha que resolver em casa. Tentava achar soluções para os problemas, para levar no dia seguinte para o trabalho, porque lá não tinha acesso à internet, era tudo muito difícil. Isso acaba estressando o profissional, desgastando, porque é algo que você tem que resolver no seu trabalho, mas resolve na sua casa e trabalho é trabalho, casa é casa. Isso me estressava muito, o pico de estresse era enorme (Participante 2).

Para Faria e Ramos (2014) e Faermann e de Mello (2016), o trabalho, nesse contexto, não se resume ao local de trabalho. Isto porque, essa linha tênue, revela, segundo os autores, que o tempo dedicado às atividades levadas para casa, na maior parte das vezes, ocorrem sem que seja contabilizada na carga horária, através principalmente, do uso da tecnologia como

meio de produção, “que possibilita ao capitalista intensificar o consumo da força de trabalho que comprou do trabalhador” através de instrumentos como e-mail e redes sociais de comunicação, a qualquer momento e em qualquer lugar (Pereira; Barbosa; Saraiva, 2021, p. 123). O tempo de vida nesse ideário, passa a ser visto, para além da força de trabalho já adquirida, como mercadoria, o que faz o sistema neoliberal temer o desperdício deste, que deve estar à disposição para o seu aproveitamento máximo, até os limites. Isto é, faz-se necessário, “que o tempo seja útil, produtivo e, portanto, ocupado” (Faria; Ramos, 2014, p. 69).

Com isso, a intensificação dos processos de trabalho, diante das metas e dos ritmos acelerados, tem desencadeado jornadas cada vez mais prolongadas, agregando mais tarefas e responsabilidades, isto é, mais trabalho, com tendência a minimizar, cada vez mais, o tempo de vida através da reprodução desenfreada da lógica produtivista (Franco; Druck; Seligmann-Silva, 2010; Faria; Ramos, 2014; Faermann; De Mello, 2016). Nessa direção, considerando a amostra reduzida de estudos para aprofundamento dessa categoria, faz-se necessário a continuação da análise das contradições decorrentes dessa sutil apropriação do tempo de vida pelo tempo de trabalho, evidenciando como os discursos e mecanismos presentes nas organizações atuam para além do tempo “adquirido”, tendo em vista as possíveis repercussões psicossociais disto na vida das trabalhadoras desta política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estágio atual do capitalismo brasileiro, os processos de reestruturação do mundo do trabalho estão em curso acentuado e presentes de forma expressiva na operacionalização das políticas públicas, buscando aumentar a produtividade, eliminar os custos da produção e, conseqüentemente, maximizar os lucros (Ferreira; Zambenedetti, 2015). Os resultados apontam que os fenômenos analisados têm intensificado as relações trabalhistas, afetando sobremaneira a saúde dessas trabalhadoras, que vivenciam cotidianamente situações de desproteção, devido às contradições inerentes às realidades assistidas. Isto é, as profissionais que atuam nessa política, no sentido de viabilizar esses direitos, se encontram, em situação de precarização, não tendo seus próprios direitos assegurados (Costa, 2014; Ferreira; Zambenedetti, 2015; Brasil, 2018; Macedo; Fontenele; Gomes, 2022).

Acrescenta-se a esse cenário, a desregulamentação das conquistas trabalhistas como mecanismo que têm acentuado as relações de desigualdade na sociedade brasileira, isto porque, o mundo tem se organizado, cada dia mais, para viabilizar o aumento dos lucros, ainda que o custo disso, seja o bem-estar da população (Costa, 2014; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019). Em contrapartida, mesmo sob essa conjuntura, o campo da Assistência Social segue em expansão,

o que indica que apesar dos entraves estabelecidos, outra perspectiva de análise se instaura, tendo em vista os altos índices de desemprego que caracterizam o país (Macedo *et al.*, 2011; Ferreira; Zambenedetti, 2015). Nesse contexto, entende-se, que para a operacionalização da política de Assistência Social de forma efetiva, imersa nos ditames deste ideário, não há soluções simples e por isso, evidencia-se que este trabalho, não esgota a temática abordada, principalmente, ao considerarmos que ainda há pouca literatura disponível que discuta a temática integrando os entraves aqui elencados em sua amplitude.

Como destaca Macedo *et al.* (2011), a principal ferramenta de intervenção da trabalhadora da política de Assistência Social, é, por excelência, a própria trabalhadora e por isso, é urgente que sejam criadas estratégias que possam garantir a efetivação das normativas instituídas no cotidiano de trabalho, de tal modo que, a produção de cuidado seja possível, por elas, profissionais e, para elas, as usuárias. À título de conclusão, propõe-se que os estudos futuros se dediquem às repercussões ligadas às condições de trabalho e de vida das trabalhadoras da Assistência Social, ampliando espaço à visão das próprias trabalhadoras e os efeitos disso na sociedade e no cotidiano de trabalho, se tratando assim, especificamente, de não viabilizar os direitos das pessoas assistidas à custa dos direitos de quem os efetiva, garantindo, como previsto nas regulamentações instituídas, que seja assegurado o que foi conquistado historicamente, para todas as pessoas que compõem a rede socioassistencial (Raichelis, 2010; Ferreira; Zambenedetti, 2015; Pereira; Tassigny; Bizarria, 2017; Santos; Stampa, 2020; Brandolt *et al.*, 2021).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista Rede de Estudos do Trabalho**, v. 4, p. 1-31, 2011.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 211-239, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>
- ANDRADE, Priscilla Maia de; PEREIRA, Lucélia Luiz. A (In) visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social. **O Social em Questão**, v. 22, n. 45, p. 57-79, 2019.
- ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra *et al.* Precarização do trabalho e saúde mental dos (as) assistentes sociais. **Revista Katálysis**, v. 26, p. 232-242, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e91535>
- ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28, p. 39-53, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004>
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.
- AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 1, p. 51-63, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63>
- ARAÚJO, José Newton Garcia de. Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho. São Paulo: **Cad. psicol. soc. trab.**, v.23, n.1, p.79-93, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p79-93>.
- BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, pp. 21-46, 2015.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; PERDIGÃO, Solange Alves; KULNIG, Rita de Cássia Mitleg. Desigualdade social e a leitura sócio-histórica. In: BOCK, Ana Mercês Bahia et. al. **Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2022.
- BRAMBILLA, Beatriz Borges; SILVA, Adriane Cristhine Barbosa da; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; KAHHALE, Edna Maria Peters. A naturalização da Desigualdade na Assistência Social: dimensão subjetiva do “nó” consubstancial. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 11, n. 26, pp. 7–29, 2021. DOI: [10.32335/2238-0426.2021.11.26.4178](https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.26.4178).
- BRANDOLT, Catheline Rubim; SANTOS, Samara Silva dos; COELHO-LIMA, Fellipe; MOTTA, Roberta Fin. Psicologia na Assistência Social e a atuação por via de contratos terceirizados. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 2, p. 1033-1039, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.2.17987>

BRANDOLT, Catheline Rubim; COELHO-LIMA, Fellipe; MOTTA, Roberta Fin; SANTOS, Samara Silva dos. Condições de trabalho de psicólogas (os) resultantes do processo de terceirização na assistência social. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33229301>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

_____. **Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS)**. Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/suas/resolucoes/resolucao_cnas_130_2005.pdf

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)**. Brasília, DF: MDS, 2006. Disponível em: <https://www.social.go.gov.br/files/arquivos-migrados/54ea65997b6c44c14aa59c27bc4946a1.pdf>

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: MDS, 2009.

_____. **Mulheres no SUAS. Boletim da vigilância socioassistencial**. Brasília: MDS, 5 ed., 2018. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5-CGPVIS.pdf>

CARMONA, Daniele Rodrigues Souza; SOUZA, Gislaine Alves; SANTOS, Fernanda de Oliveira. Transversalidade de gênero e mulheres na política de Assistência Social: uma análise documental. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 32, n. 2, 2019. DOI: 10.5902/2317175834700.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mártis; PRÉDES, Rosa. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. Juiz de Fora: **Libertas**, v.10, n.1, p.1-24, 2010.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SATO, Leny. Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado". Campinas: **Estudos de Psicologia**, v. 34, n. 1, p. 41–52, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100005>

CORDEIRO, Mariana Prioli. O sistema único de assistência social (suas): uma (breve) introdução. In: CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura Vilela e. (Orgs.). **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2018. DOI: 10.11606/9788586736803

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

CRUS, José Ferreira da. Gestão do trabalho e vigilância socioassistencial: inovação na gestão pública da assistência social. In: CRUS, José Ferreira da *et al.* (Org.). **Gestão do trabalho e educação permanente do Suas em pauta**. Brasília: MDS, 2014.

COSTA, Renata Gomes da. A práxis do/a Assistente Social e a materialização do projeto ético-político na sociedade capitalista. Porto Alegre: **Textos & Contextos**, v. 13, n. 2, p. 366-378, 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2014.2.18644>

COSTA, Ana Flávia de Sales; CALDEIRA, Michele de Castro. Desigualdade social e subjetividade revolucionária: os desafios do trabalho da psicologia no CRAS. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 2, p. 774-789, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p774-789>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal (Tradução de Mariana Echalar). São Paulo: Boitempo, 2016a.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. Salvador: **Revista O Olho da História**, v. 22, p. 1-15, 2016b.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, v. 24, p. 37–57, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>

FAERMANN, Lindamar Alves; DE MELLO, Cássia Camila Val. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. Porto Alegre: **Textos & Contextos**, v. 15, n. 1, p. 96-113, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.1.23035>

FARIA, José Henrique de; RAMOS, Cinthia Letícia. Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 4, p. 47–74, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n4p47-74>

FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. A transição do feudalismo para o capitalismo. Pato Branco: **Synergismus scyentifica UTFPR**, v. 2, n. 1, 2007.

FERREIRA, William; ZAMBENEDETTI, Gustavo. Um estudo sobre as configurações do trabalho e inserção do psicólogo no contexto da Política de Assistência Social. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 14, n. 2, p. 74-90, 2015.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229–248, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 21, 2011. DOI: [doi:10.5380/raega.v21i0.21231](https://doi.org/10.5380/raega.v21i0.21231)

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, pp. 31-134, 2010.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 2000.

_____, Marilda Vieira. A questão social no capitalismo. **Temporalis.** ABEPSS, Brasília, ano III, n. 3, p. 9-21, 2001.

_____, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 4. Ed., 2010.

KOGA, Dirce. A Política de Assistência Social no Brasil: a Assistência Social como política de proteção social. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo, (Org.) **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira.** São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do homem burguês.** São Paulo: Senac, 2000.

LHULLIER, Louise Amaral. (organizadora) **Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

MACEDO, João Paulo *et al.* O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. **Psicologia em estudo**, v. 16, p. 479-489, 2011.

MACEDO, João Paulo; FONTENELE, Mayara Gomes; GOMES, Ryanne Wenecha da Silva. Psicologia e assistência social: crise e retrocessos pós-encerramento do ciclo democrático-popular. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262852>

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: desafios ao serviço social. Rio de Janeiro: **Revista Praia Vermelha**, v. 29, n. 1, 2019.

MENCHISE, Rose Mary; FERREIRA, Diogo Menchise; ÁLVAREZ, Antón Lois Fernandez. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.49274>

MINHOTO, Laurindo Dias; AMATO, Lucas Fucci; CAMARGOS, Pedro de Almeida Pires. Do político ao econômico: aportes da teoria dos sistemas a uma crítica do neoliberalismo. **Sociologias**, v. 24, p. 170-197, 2022. DOI: <http://doi.org/10.1590/15174522-111979>

MOTTA, Roberta Fin, BRANDOLT, Catheline Rubim; PIZZINATO, Adolfo. Trabalhadoras(es) do SUAS: Quem são as(os) Psicólogas(os) da Proteção Social Básica (PSB). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, n. spe2, p. e193409, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003193409>

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 14-20, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (org). **O Averso do Trabalho.** São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 233-279, 2004.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**, v. 33, p. e020029, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36118>

OLIVEIRA, Roberval Passos de; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. **Psicologia em Estudo**. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000300004>

OLIVEIRA, Isabel Maria Farias Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Contexto histórico das políticas sociais: definição e conceituação. In: **Políticas sociais, formação e atuação do psicólogo** [livro eletrônico] / organização: Marcos Azambuja, Herculano R. Campos. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2020.

PAULI, Cassiele Gomes; TRAESEL, Elisete Soares; SIQUEIRA, Aline Cardoso. A precarização do trabalho dos psicólogos temporários no CREAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188301>

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, p. 413-429, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002>

PELEGRINI, Isadora; VIANA, Henrique Cunha; LACERDA, Gabriel do Carmo. Neoliberalismo, superexploração no Brasil contemporâneo e os desafios da classe trabalhadora. **Princípios**, v. 42, n. 166, p. 31-54, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.003>

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Mota; BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida. Terceirização e precarização do trabalho na política pública de assistência social. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 3, p. 171-183, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.1321>

PEREIRA, Jussara Jéssica; BARBOSA, Jane K. Dantas; SARAIVA, Carolina Machado. Sobre o tempo livre na era do teletrabalho. **Caderno de Administração**, v. 29, n. 1, p. 114-131, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v29i1.48804>

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. São Paulo: **Serviço Social & Sociedade**, p. 750-772, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400010>

RODRIGUES SILVA, Caroline; RODRIGUES SILVA, Louise; RODRIGUES SILVA, Filipe. Neoliberalismo “à brasileira”: “quem tem tudo menos cor, onde cor importa demais”. **Revista Gestão & Conexões**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 125–142, 2022. DOI: [10.47456/regec.2317-5087.2022.11.1.37136.125-142](https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2022.11.1.37136.125-142).

RUSSO, Gláucia; CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social. **Ser Social**, v. 10, n. 22, p. 129-159, 2008. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v10i22.12949

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. rev. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2018.

SANTOS, José Whellison Brito. Flexibilização e precarização do trabalho no desmonte da política de assistência social. **SER Social**, v. 22, n. 46, p. 153-170, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/sersocial.v22i46.25526>

SANTOS, Luane Neves. **A psicologia na Assistência Social: convivendo com a desigualdade**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. ISBN: 978-85-249-2211-4

SANTOS, Luane Neves. As psicólogas no suas: mobilizando recursos para uma atuação com compromisso social. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 4, n. 1, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v4i1.588>

SANTOS, Milena da Silva. “Questão social” e estado na crise estrutural: precarização das políticas sociais brasileiras. **Temporalis**, v. 23, n. 45, p. 252-272, 2023. DOI: [10.22422/temporalis.2023v23n45p252-272](https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n45p252-272)

SANTOS, Flávia Barbosa Pardini dos; STAMPA, Inez Terezinha. Precarização do trabalho do assistente social no Brasil recente. Porto Alegre: **Textos & Contextos**, v. 19, n. 1, p. e36597-e36597, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2020.1.36597>

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 49-68, 2011.

SILVA, Rafael Bianchi; ALEXANDRE, Ana Clara Siena. Políticas sociais e subjetividade: discussões a partir do contexto neoliberal. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 13, n. 1, p. 11-11, 2019. DOI: [10.24879/2019001300123784](https://doi.org/10.24879/2019001300123784)

SOARES, Carla Fernanda Zanata. Gênero, raça e classe: debate sobre as desigualdades no trabalho precarizado. São Paulo: **Laborare**, v. 6, n. 11, p. 233–257, 2023. DOI: [10.33637/2595-847x.2023-223](https://doi.org/10.33637/2595-847x.2023-223).

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TRIVELLATO, Márcia Carolina Santos; PAIXÃO, Tamiris Vilas Bôas. A flexibilização dos tempos de trabalho como base do adoecimento. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, 2020.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; FARIAS, Luis Otávio. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, pp. 731-741, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S141381232009000300009>

VASAPOLLO, Luciano. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 16, n. 2, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 16–30, 2021. DOI: [10.22422/temporalis.2021v21n42p16-30](https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p16-30).

ZEFERINO, Bárbara Cristhinny Gomes. Subsunção do trabalho ao capital: entraves para a emancipação do trabalho. Fortaleza: **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, n. 8, p. 232-247, 2017.